

Virgínia Maria Trindade Valadares

Elites Mineiras Setecentistas
Conjugação de dois mundos

Edições Colibri

•

Instituto de Cultura Ibero-Atlântica

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	13
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	15
PREFÁCIO	
Maria Elisabeth Marques	17
INTRODUÇÃO	21
CAP. I – A UNIVERSIDADE DE COIMBRA E AS SUAS BASES DE PODER: TRONO, ALTAR E SABER	
1. Poder e vaidade no coronal conimbricense	31
2. Geografia do poder, da mercê e de suas redes clientelares.....	63
3. “Porta do Céu – Educação exilada”	73
4. Leituras e livros proibidos: actuação da Censura Tríplice, da Real Mesa Censória e da Comissão Geral.....	86
CAP. II – EXPERIÊNCIAS ESTATUTÁRIAS, DOCENTES E DISCENTES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA	
1. A Universidade de Coimbra e a sua dinâmica estatutária até 1772.	112
2. A Universidade de Coimbra e a Reforma Pombalina	134
3. A Universidade de Coimbra e o período mariano.....	175
4. Os estudantes e a sua experiência no colectivo estudantil.....	211

CAP. III – DUAS ELITES: UMA MENTALIDADE

1. A sociedade portuguesa de Setecentos	227
2. A sociedade Mineira de Setecentos	263
3. As raízes familiares dos estudantes Mineiros em Coimbra	297
Anexo 1 – Filiação dos estudantes Mineiros em Coimbra	337

CAP. IV – JUNÇÃO E DISJUNÇÃO DA ORDEM METROPOLITANA
EM MINAS GERAIS

1. Actores das Ciências: médicos, matemáticos e filósofos	350
2. Os juristas – Cânones e Leis – “almas danadas do rei”	388
3. Eclesiásticos: “Advogados ao Pé de Deus”	460
Anexo 1 – Identificação dos alunos Mineiros: cursos e datas de início na Universidade de Coimbra (1700-1800)	495
Anexo 2 – Número de alunos Mineiros por anos lectivos na Universidade de Coimbra (1700-1800)	503
Anexo 3 – Número de estudantes Mineiros na Universidade de Coimbra e o seu local de nascimento (1700-1800)	505
CONCLUSÃO	507
FONTES E BIBLIOGRAFIA	515

PREFÁCIO

É difícil, diria mesmo, impossível não se colocar no lugar de *povo colonizado-conjugado*, quando nos debruçamos sobre o texto *Elites Mineiras Setecentistas: a conjugação de dois mundos*, de autoria de Virgínia Maria Trindade Valadares, fruto de sua tese de doutoramento defendida em 2002 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

É deste lugar de leitora *colonizada e conjugada* que escrevo esta primeira palavra dando início a um diálogo com esta obra. Comungo a construção conceitual da autora relativa à conjugação dos dois mundos, o metropolitano e o colonial mineiro, expressando a simbiose dos costumes e modos de vida na maneira de ser e de interpretar o mundo partilhados pelo português e pelo mineiro no contexto da vida colonial. O que se quer com esta postura é a busca de entendimento, de uma escuta apurada da fala do outro, o que se procura é compreender as construções teóricas e metodológicas produzidas neste trabalho de pesquisa, bem como o diálogo que a autora estabelece com a historiografia portuguesa e brasileira expressando não só a diversidade de interpretação de um tempo, circunscrito nos anos de Setecentos das Minas Gerais, mas principalmente as múltiplas falas sobre um segmento social, o das elites Mineiras.

Este é um texto sobre raízes. Gênese de um povo. Fundação de um Estado. A matéria de que trata é a da formação da primeira e segunda geração das elites Mineiras de Setecentos cujo modo de ser e de viver difere, essencialmente, daquele vivido pelo povo pobre e escravizado das minas. O resgate do passado é feito de forma a desvendar contrastes, tensões e complementaridades entre metrópole e colônia, elite e povo, submissão e insubordinação, dependência e independência, opressão e liberdade, heteronomia e autonomia. Esse jogo de contraposição remete-nos para as entranhas de uma cultura patrimonialista estamental e clientelista que conforma e esculpe rostos diversificados, compondo os traços da tradicional sociedade portuguesa e da nascente sociedade mineira da época. Na leitura, deparamo-nos com semblantes de uma elite que, a um só tempo, nega e reafirma a condição de colonizada e que, segundo a autora, quando ocupa postos de mando reproduz o estilo autoritário de exercício do poder, aprendido na convivência diária com o colonizador

português no espaço da Universidade de Coimbra. Este é o amálgama que compõe o rosto das elites que fundam o Estado brasileiro em 1822.

A tessitura textual combina, com centralidade, dois fios – o da teoria política com o da fonte documental. Assim, as evidências e as vidências extraídas dos documentos são tratadas a partir da análise de significações, calçada em recursos teóricos relativos às matrizes do poder e da política, entendidos como expressão de coerção e consenso, formuladas por autores modernos tais como John Locke, Immanuel Kant, Jean Jacques Rousseau, Matias Aires e contemporâneos como Max Weber, Michel Foucault, Elias Canetti, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Estas matrizes são postas em discussão pela autora, com acuidade, objetivando desvendar as estruturas de poder da Universidade de Coimbra alicerçadas *no trono, no altar e no saber*.

Se, por um lado, a produção do texto adquiriu, em muitas passagens, conotação descritiva, por outro, o veio analítico conforma-se possibilitando e desafiando o historiador a problematizar, não só as fontes documentais, mas também a historiografia existente. O ofício do historiador é exercido, aqui, a partir de um problema de investigação que se delinea na contraposição e/ou composição teoria-documento. É no diálogo entre teóricos modernos e contemporâneos, entre a historiografia portuguesa e brasileira, que aquilo que está implícito e explícito nas fontes documentais se anuncia e é demonstrado como tese – a junção e a disjunção da ordem metropolitana em Minas Gerais: acção e mentalidade da segunda geração das elites setecentistas Mineiras.

Quem se dispõe ao diálogo precisa ter escuta apurada. Assegurar o direito de fala ao outro, implica abrir possibilidades de manifestações de consenso e dissenso discursivo. O espaço dialógico assegura o surgimento do conflito e da tensão entre ideias, nele a ousadia intelectual pode e deve manifestar-se. Neste trabalho pode-se identificar discordâncias e concordâncias com teses e estudos consagrados pela historiografia portuguesa e brasileira relativos à natureza do Iluminismo português, à modernidade da reforma pombalina, ao papel da Universidade de Coimbra na formação da mentalidade revolucionária das elites inconfidentes das Minas e a organização social e familiar no território mineiro do século XVIII. É nesse contexto que se situa, de um lado, a polémica e, de outro, a concordância com inúmeros estudiosos e especialistas da área.

O texto impressiona pela novidade de informações relativas à vida pública e privada dos 320 estudantes Mineiros pesquisados ao longo do século XVIII. Os documentos impõem-se e exigem da autora um tratamento especial, a relação hermenêutica estabelece-se através de uma análise de significação, só possível de ser realizada numa estrutura dialógica onde a fala entre iguais se configura – os jovens Mineiros estudantes da Universidade de Coimbra e a escritora/autora desta obra.

Esse diálogo só é possível a partir de múltiplas vozes advindas de documentos régios, provisões, requerimentos, pareceres, alvarás e estatutos da Universidade de Coimbra, livros de exames e de matrículas, compêndios, cartas, testamentos, escrituras, inventários, relatos de viagens, registos de memórias. O trabalho de garimpagem das fontes documentais possibilitou à autora apreender as nuances das mentalidades das elites.

Diferentes são os temas e indagações que nascem da interlocução com os documentos e, sem dúvida, permitem compreender a formação da segunda geração de Mineiros que foram estudar em Coimbra. O tema da formação das elites possibilita indagar como elas se formam; o que lêem aqui, em Minas, e lá, em Portugal; o conteúdo das matérias que estudam; os textos que produzem; como são avaliadas por seus educadores; os livros que possuem em suas bibliotecas; o que pensam e professam. Ao tematizar como vivem as elites mineiras no Brasil e em Portugal, a autora indaga sobre a propriedade dos bens, o que vestem, do que se alimentam, como e onde moram, como se comportam em sociedade e sobre as relações que estabelecem com os escravos, com os libertos sem lastro e entre a própria elite. No que se refere ao comportamento das elites, a prática da delação, a ostentação de bens e honrarias, a ambivalência moral, a pouca capacidade de se indignar, de desobedecer e de se rebelar aparecem recorrentemente na análise textual. A vida privada e pública ganha relevo com descrições sobre as relações familiares, casamentos, amores extra-conjugais, a relação com os filhos, os cargos públicos ocupados e as acções políticas empreendidas. A esses temas soma-se o da cultura política das mercês, das benesses, da obediência, da gratidão configurando relações sociais estabelecidas em bases patrimoniais.

A escrita da história social e das mentalidades exige tratamento interdisciplinar dos temas que conformam a vida dos sujeitos, individuais e colectivos, naquele tempo e espaço pesquisados. A escrita analítica busca fundamentos na produção científica, não só da ciência política, mas da sociologia, economia e filosofia. É assim que as relações sociais e as relações de produção estabelecidas entre as gentes das elites e os pobres, no contexto da vida da metrópole e da colónia, ganham escopo compreensivo. O recurso à filosofia permite descortinar o debate próprio à produção do conhecimento e à filosofia da educação, que fundamentava a prática pedagógica da Universidade de Coimbra, circunscrita na contra-posição entre autonomia-heteronomia, princípios orientadores do acto educativo na concepção moderna.

Do ponto de vista do método, o trabalho explicita as contradições vivenciadas no trato documental. O texto de Virgínia Valadares expressa aprendizagens comuns ao ofício do historiador. Como nos ensina Jacques